

# **RENDA E ESCOLHAS PROFISSIONAIS FEMININAS: A REPRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NO BRASIL.**

**Liana Bohn<sup>1</sup>**  
**Elaine Aparecida Fernandes<sup>2</sup>**  
**Sílvia Harumi Toyoshima<sup>3</sup>**

## **ÁREA E SUBÁREA TEMÁTICA**

7. Trabalho, Indústria e Tecnologia. 7.1 Mundo do Trabalho

**FORMA DE APRESENTAÇÃO:** Sessões de Comunicações

**RESUMO:** Em um contexto em que as relações sociais compreendem sistemas complexos, o presente trabalho, utilizando a linguagem de dinâmica de sistemas, teve como objetivo geral avaliar as relações entre as escolhas profissionais femininas e a sua renda. O crescimento das oportunidades de acesso ao ensino superior tem sido pautado por conquistas importantes quando as vantagens potenciais da educação, principalmente a feminina, se efetivam na órbita laboral. Entretanto, esse crescimento pode esconder uma possível reprodução das hierarquias econômicas e sociais, já que a educação recebida reflete as desigualdades entre os sexos. Essas constatações motivaram a presente análise que a partir de fontes variadas de dados, identificou um arquétipo sistêmico do tipo “sucesso para os bens-sucedidos”. Os resultados permitiram identificar malhas de reforço que apontaram a renda familiar como a variável mais importante na determinação das escolhas profissionais femininas que exigem ensino superior. Além disso, revelaram a ocorrência da reprodução das hierarquias econômicas e sociais entre os gêneros.

**Palavras-chave:** Renda; Demanda por Educação; Mercado de Trabalho; Mulher; Dinâmica de Sistemas.

**ABSTRACT:** In a context in which social relations are complex systems, the present work, using the language of dynamic systems, aimed to assess the relationship between women's career choices and their income. The growth of opportunities for higher education has been marked by important achievements for woman due to the potential benefits of education has resulted in success in labor market. However, this growth may hide a possible reproduction of economic and social hierarchies, because the educations received reflect inequalities between genders. These findings motivated the present analysis to identify a systemic archetype of the “success for the well-succeeded”, from different data sources. The results showed that “feedback loops” indicated the family income as the most important variable in determining women's career choices that require higher education. Besides, it revealed the occurrence of the reproduction of economic and social hierarchies between genders.

**Key words:** Income; Demand for Education; Labor Market; Woman; System Dynamics.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: li\_bohn@hotmail.com.br.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Economia - Universidade Federal de Viçosa. E-mail: eafernandes@ufv.br.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Economia - Universidade Federal de Viçosa. E-mail: htsilvia@ufv.br.

## 1. Introdução

Dada a distribuição de renda entre os indivíduos, o presente trabalho busca verificar como esta renda limita as escolhas profissionais femininas e, a partir dessas escolhas, como se reproduzem, ou não, as hierarquias econômicas e sociais entre os gêneros. Este tema torna-se, a cada momento, mais importante diante da ampliação do número de matrículas femininas nas instituições de ensino superior, nos últimos vinte anos. O aumento ocorreu principalmente em função do crescimento do número de cursos e vagas ofertadas, e do desenvolvimento das políticas públicas para o ensino superior (Reuni, Fies e Pró-Uni).

A ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior tem sido pautada por conquistas no mundo do trabalho – quando as vantagens potenciais da educação se efetivam na órbita laboral. Entretanto, se essas vantagens não se concretizarem ocorrerá uma possível reprodução das hierarquias econômicas e sociais, já que a educação recebida pode refletir as desigualdades entre os sexos.

A demanda feminina por educação superior e, portanto, suas escolhas profissionais estão intimamente relacionadas com a renda familiar (BELTRÃO, 2002; CARVALHO E KASSOUF, 2009; GARG E MORDUCH, 1998). Nesse sentido, a renda, ou a falta dela, parece ir contra as formas ilustrativas do desenvolvimento econômico expostas pelas teorias de Sen, Myrdal, Lewis e Streeten. Isso porque os rendimentos econômicos das mulheres (e de suas famílias) influenciam seus níveis de existência de forma similar ao alargamento das possibilidades de escolha e da liberdade de optar por uma entre distintas alternativas.

A grande expansão da participação da mulher no ensino superior pode sugerir que não existem mais diferenças, entre os gêneros, em relação às escolhas do curso superior a ingressar. No entanto, as pesquisas indicam que, frequentemente, a mulher se limita a escolher determinados cursos, fortemente influenciada pela auto-percepção do leque de opções profissionais, assim como pela estrutura social e econômica na qual está inserida (BARROSO e MELLO, 1975; STROMQUIST, 2006; GUEDES, 2008).

Em um contexto em que as relações sociais compreendem sistemas complexos, o presente trabalho, utilizando a linguagem de dinâmica de sistemas, tem como objetivo geral avaliar as relações entre as escolhas profissionais e a renda familiar a partir da década de 1990. Especificamente, pretende-se: (i) estudar o processo de inserção feminina no ensino superior brasileiro, a fim de se ter uma visão mais geral da incorporação das mulheres graduadas no mercado de trabalho; (ii) verificar os amplos processos econômicos que interagem na dinâmica entre renda e educação (escolhas profissionais), através da contribuição que os estudos de gênero têm fornecido a respeito; e (iii) avaliar se o mercado de

trabalho está fazendo uso das vantagens potenciais da mulher brasileira com educação superior.

A busca de uma relação causal entre relações econômicas (renda) e a realização das preferências dos indivíduos, balizadas aqui na figura da mulher, visa identificar as potencialidades e desafios do sexo feminino diante de suas limitações econômicas. A análise dessa relação corroboraria, ou não, as afirmativas de que a demanda crescente do mundo do trabalho é acompanhada pelo aproveitamento, pelas mulheres, das oportunidades de acesso e preparo das universidades. Ademais, pretende-se contribuir para a literatura especializada no estudo de gênero do sistema educacional e do mundo do trabalho, a fim de que os julgamentos criados sobre a mulher não estabeleçam a forma de *pré-conceitos*, mas sejam amparados em análises substanciais da real situação do sexo feminino na sociedade contemporânea.

O artigo está dividido em cinco seções, além da presente introdução. A segunda seção faz uma revisão da literatura existente sobre a temática de gênero; a terceira trata do referencial teórico a respeito da relação entre renda e escolhas profissionais femininas; a quarta refere-se à metodologia da pesquisa; a quinta apresenta os principais resultados; e, por fim, a sexta seção diz respeito às considerações finais.

## **2. A questão de gênero e a conquista dos espaços comuns**

A análise da evolução das relações humanas parece mostrar que todos os conceitos sociais, sejam eles educativos, religiosos, políticos, jurídicos ou científicos, são edificados em dicotomias – signos que levam a crer que a realidade se dá aos pares e que estes se opõem entre si. A ideia de gênero, tradicionalmente, não fugiu a tal regra, promovendo-se um verdadeiro distanciamento de seu significado puro, destinado à análise do *status* em relação a cada indivíduo, independente de seu sexo.

Nesse sentido, a questão de gênero representa uma “construção histórica e social do feminino e masculino para as relações sociais entre os sexos (...), [que busca] responder à necessidade de diferenciar o sexo biológico de sua construção social, a qual é vivida com forte assimetria de poder entre homens e mulheres” (MELO, 2008, p. 63)<sup>4</sup>. Edificado em três níveis<sup>5</sup>, o sistema de gênero é sustentado pela divisão social do trabalho, pelas normas e regulações que conduzem a distribuição de recursos entre homens e mulheres, e pelos meios simbólicos, na forma de representações coletivas do feminino e do masculino. Dessa forma, a superação das diferenças entre os sexos ou, em outras palavras, a busca pela equidade de

---

<sup>4</sup> In: Ristoff, D., 2008.

<sup>5</sup> Baseado nos trabalhos de Stromquist (2006).

gênero, faz referência ao “... estágio de desenvolvimento humano no qual direitos, responsabilidades e oportunidades de indivíduos não serão determinados pelo fato de terem nascido homem ou mulher” (LOPEZ-CLAROS e ZAHIDI, 2005, p. 04), sendo ambos capazes de realizar seu potencial por inteiro.

Alcançar a equidade de gênero, no entanto, constitui-se em um processo de ampla lentidão porque desafia atitudes humanas profundamente arraigadas na sociedade, como uma possível “... redistribuição ou modificação do acesso aos bens materiais (dimensão econômica) e no reconhecimento de injustiças simbólicas e culturais manifestadas em representações estereotipadas das mulheres (dimensão cultural)” (STROMQUIST, 2007, p. 18). Nesse sentido, segundo Melo (2008), os dois maiores instrumentos de libertação da condição de inferioridade que acompanha a evolução feminina na sociedade se encontra no acesso à riqueza e à educação.

Como obstáculo à superação dessa condição de inferioridade, paira contra a mulher uma herança sócio-cultural (na forma de um aprendizado que ensina os indivíduos a agirem conforme a prescrição de cada gênero) e histórica que vêm desde a introdução do regime de propriedade privada. É neste regime que surgem as formas de opressão do sexo feminino como um fenômeno histórico e social, compreendendo o modo de fazer uso das diferenças existentes entre as pessoas a fim de criar uma situação de desvantagem entre estas. A partir desse momento, o trabalho da mulher se volta à produção de valores de uso (trabalho reprodutivo) e o do homem, aos de valores de troca (trabalho produtivo), preponderantes para o sistema (TOLEDO, 2008), divisão essa que se reproduz em desigualdades sociais, culturais, de direito e econômica entre os gêneros.

Já no século XVIII, sob a égide da Revolução Industrial, dá-se a inserção da mulher no mundo do trabalho, ainda que na forma de apêndice da maquinaria. Tal inclusão nas atividades produtivas passou a exigir, mais tarde, uma adequação de sua formação profissional às funções desempenhadas no mercado laboral – resultado de um descompasso entre o sistema educacional e o aparelho produtivo –, influenciando fortemente o debate acerca da inserção da mulher na órbita educacional.

No Brasil, a evolução da participação da mulher nos sistemas educativos, com destaque ao nível superior, acompanhou as modificações da sociedade como um todo, e ampliou-se em decorrência de processos demográficos e econômicos, mas também por uma mudança cultural profunda nos papéis do feminino e masculino. Diante de todas estas transformações, a consolidação da figura da mulher na esfera pública passou a representar uma ruptura da condição de inferioridade, o que se deu mediante a negação das teorias que

atribuem as diferenças educacionais às características biológicas e da afirmação de que as desigualdades entre os gêneros são construídas no econômico e social.

### **3. Educação, renda, equidade de gênero e desenvolvimento econômico**

A abordagem comumente utilizada que relaciona educação e desenvolvimento referencia, em especial, os benefícios da formação da mulher que passam a se refletir na esfera macroeconômica. Nessa, o nível de investimento em capital humano influi diretamente na composição do trabalho (seja na faixa etária dos trabalhadores, na taxa de atividade da população ativa ou na duração do tempo de trabalho), incrementando a produtividade mercantil dos indivíduos e, por conseguinte, suas rendas no mercado laboral. Com a ampliação do valor do trabalho, há uma influencia positiva no nível de desenvolvimento econômico de um país que é, em parte, uma função do crescimento da capacidade produtiva de sua população ativa.

Na esfera social, por outro lado, a elevação da escolaridade se relaciona ao empoderamento das mulheres, com sua própria melhoria de vida e da qualidade familiar, o que se dá pela via do “... aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública” (BARROSO, 2004, p. 575).

Num contexto de revalorização dos sistemas educativos, especialmente quando o investimento em educação passa a ser percebido como projeto de ascensão (GRACIANI, 1982), as barreiras de acesso ao ensino superior deixam de ser justificativas para o diferencial de participação de homens e mulheres no ensino superior brasileiro. Antes disso, a análise dos gêneros mostra-se díspar quando à trajetória escolar – a escola produz distinções, desigualdades e diferenças lançando, muitas vezes, mecanismos de classificação, hierarquização e ordenamento.

Entre os fatores que influenciam a demanda das mulheres por educação superior, o mais relevante é a renda familiar, que se manifesta na infância como característica financeira e como característica cultural quando há um diferencial de tratamento entre os sexos. Trata-se, nesse caso, de um problema de alocação de recursos escassos quanto ao investimento em capital humano dos filhos diante das restrições de recursos familiares, que leva em conta, segundo Sen (2000), as convenções estabelecidas, os sistemas de valores da comunidade e o papel econômico e o ganho de poder das mulheres. Assim, o aumento no número de filhos reduz a possibilidade de que cada um receba melhores condições de vida e de educação, ao mesmo tempo em que as famílias, ao tentarem “... maximizar o retorno total futuro de suas

crianças, poderiam discriminar a alocação de recursos no presente, utilizando como critério, por exemplo, o gênero” (CARVALHO e KASSOUF, 2009, p. 355). Nesse sentido, nas palavras de Beltrão:

Como norma geral, no mundo, quanto menor a renda familiar, menor o número de meninas na escola proporcionalmente ao de meninos. (...) Em casos extremos de recursos limitados, a alocação de comida, serviços de saúde e atenção dos pais, preferencialmente em relação aos filhos homens, significa menos comida, pior saúde e menor atenção para as filhas. Mesmo em casos não tão extremos, a alocação de recursos pode ser diferenciada, e meninas terem menos acesso à educação e à informação em geral. Em situações de pobreza, tal discriminação é agravada pelo fato de, em alguns contextos, a ida das meninas à escola implicar gastos maiores para as famílias comparativamente à ida dos meninos. (BELTRÃO, 2002, p. 01)

Alguns trabalhos comprovam empiricamente tais relações, como foi evidenciado por Garg e Morduch (1998) – que concluem que a presença de um irmão reduz a chance da irmã frequentar o segundo grau, situação que piora quando a composição do número de filhos é de uma menina para dois meninos. De acordo com Madeira (1997), nas classes de renda mais altas, as famílias tendem a buscar uma igualdade de oportunidade para seus filhos, independente do sexo, o que demonstra uma maior flexibilidade em relação às potencialidades profissionais femininas<sup>6</sup>.

Apesar disso, a racionalidade lógica presente nas escolhas profissionais das mulheres, de acordo com Rosemberg *et al* (1990), advém de sua sabedoria de conciliação ou senso de realidade frente às determinações estruturais e ideológicas, marcadas precocemente pela divisão sexual do trabalho e robustecidas pelos estereótipos sexuais difundidos no lar, no sistema educacional, na economia e na sociedade, mediante a ideia de hierarquização entre os gêneros.

É nesse sentido que na reunião da Cúpula do Milênio, realizada em 2000, os líderes máximos dos países elegeram, como duas das metas de desenvolvimento do milênio, o acesso universal à educação primária até 2015 e a promoção da igualdade entre os gêneros. Na América Latina, mesmo com o número de matrículas escolares das mulheres sendo mais elevadas que a dos homens, o Índice de Empoderamento de Gênero (IEG)<sup>7</sup> dos países revela

<sup>6</sup> Conforme Madeira (1997, p. 27), “(...) as mães de renda média e alta [revelam] almejar trajetórias similares para meninos e meninas (a meta é a universidade para ambos). Já as mães cuja renda é baixa ou muito baixa, [mostram] expectativas educacionais altamente diferenciadas para seus filhos, segundo o sexo. Enquanto a grande maioria [deseja] que seus varões [possam] chegar a cursar a universidade, só a metade delas [aspira] o mesmo para as filhas. Quanto ao rol das profissões possíveis, elas se [dividem] entre femininas (como psicologia, enfermagem, secretariado, magistério, artes em geral, etc.) e masculinas (como engenharia, medicina, direito, etc.), estas portadoras de maior prestígio social”.

<sup>7</sup> O Índice de Empoderamento de Gênero ou de Equidade de Gênero (IEG), segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, “é um índice que mede as desigualdades entre os sexos masculino e feminino no que diz respeito a três diferentes dimensões de equidade – poder de decisão e participação na economia, participação política, e poder de decisão relativamente aos recursos econômicos.

situações nada privilegiadas. A rigor, tal indicador permite estabelecer nexos relacionais entre a posição relativa das mulheres e o nível de desenvolvimento da nação. Isso implica que, de uma forma geral, os países com os mais altos IDH's são também aqueles onde a mulher apresenta maior expectativa e melhor padrão de vida, nível de conhecimento (com grandes taxas de escolarização bruta), poder de decisão e participação na economia e política.

Por esta mesma via, Sen (2000, p.233) afirma que "... a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (...) como uma grande influência para a mudança social em geral", uma vez que a importância da educação nas sociedades é vista sob o prisma indireto, ao ampliarem-se as fronteiras culturais, sociais e econômicas. No Brasil, ao longo das últimas décadas, houve uma redução do diferencial médio de escolaridade entre homens e mulheres que, entretanto, não deve ser interpretada equivocadamente. Isso porque as relações de gênero dão-se através de duas vias: a ideológica e a observada. A primeira se refere a um discurso de aparente realidade (aumento da participação feminina nos sistemas educacionais e na população economicamente ativa e valorização do trabalho qualificado e bem pago), enquanto que a última mostra uma prática trabalhista com indícios de taylorização do trabalho feminino, da subcontratação e do direcionamento para atividades com características socialmente consideradas femininas (GIRÃO, 2001)<sup>8</sup>.

#### **4. Metodologia**

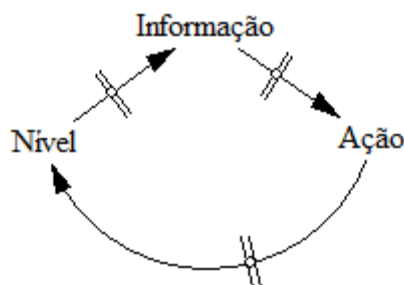
Diante da complexidade dinâmica ou sistêmica das escolhas profissionais destacada no presente trabalho, optou-se por utilizar a metodologia de dinâmica de sistemas. Essa metodologia é capaz de rastrear os impactos de ações isoladas sobre o comportamento de variáveis interligadas em malhas de retroalimentação, em que as variáveis relacionam-se com defasagens temporais não captadas, normalmente, em modelos mentais (BUENO, 2011).

De acordo com Kim (1995), a linguagem do pensamento sistêmico concentra-se em interdependências cíclicas e oferece um forte componente visual. Os diagramas que representam os sistemas são uma poderosa forma de comunicação, que absorvem a essência do problema em um formato que pode ser facilmente recordado, ainda que contenha uma riqueza de implicações e percepções. Além disso, a dinâmica de sistemas adiciona precisão, força a clareza de modelos mentais, permite o exame e a investigação e incorpora uma visão de mundo que olha para a totalidade (dado que os problemas são gerados endogenamente).

---

<sup>8</sup> GIRÃO, I. Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho. In: PIMENTA, S.; CORRÊA, M. (Org.), 2001, p. 331.

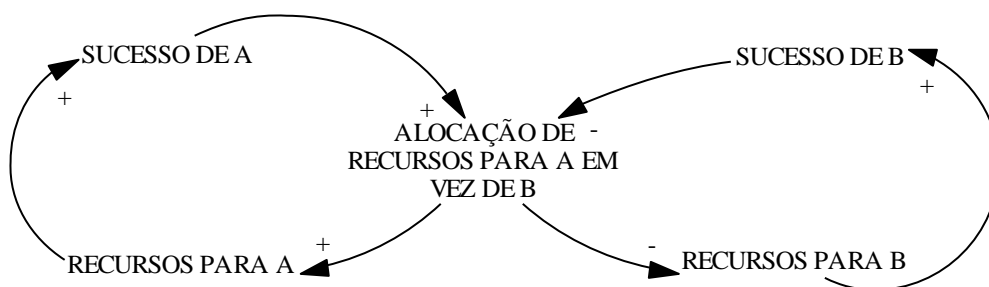
Sinteticamente, a abordagem da metodologia de dinâmica de sistemas pode ser definida através da relação informação/ação/consequências (nível) que se interligam em dois tipos de malhas de realimentação, podendo ser negativa ou estabilizadora (em que o sistema reage a mudanças compensando-as) ou positiva (amplificadora), ampliando o impacto de eventuais perturbações (Figura 1).



**Figura 1 – Paradigma da dinâmica de sistemas.**

Fonte: BUENO, 2011, p. 82.

A fim de representar a complexidade dinâmica, os arquétipos sistêmicos correspondem a padrões de comportamento que representam estruturas sistêmicas genéricas. Elas compõem-se de relações de causa e efeito cíclicas que se repetem em distintos contextos de modo que, o diagrama de ligação causal utilizado neste trabalho, segue o arquétipo sistêmico intitulado “sucesso para os bens-sucedidos”, conforme a Figura 2.



**Figura 2 – O arquétipo sistêmico do “sucesso para os bens sucedidos”.**

Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de capturar as relações dinâmicas entre as variáveis, além de observar a existência de um grupo que se sai melhor do que os demais, o arquétipo do “sucesso para os bens sucedidos” parece adequar-se ao sistema complexo tratado pelo trabalho. Para este caso, os “bem-sucedidos” (homens) acabam por ter maiores recursos para melhorar sua posição em detrimentos dos “mal-sucedidos” (mulheres), indo ao encontro da idéia de que o sistema, até então, tem apresentado somente um vencedor.



Para a análise descritiva que serve de suporte à dinâmica de sistemas, adotam-se fontes variadas de dados. Essa exigência decorre da dificuldade na utilização de um procedimento metodológico embasado na perspectiva de gênero, em que há a necessidade de garimpar os dados na busca de qualquer informação que produza um conhecimento de renda, mercado de trabalho e sistema de educação superior, amparado na separação dos sexos (BRUSCHINI, 2000).

#### **4.1 Fonte de Dados**

As fontes de dados utilizadas no presente trabalho provêm de publicações diversas. Podem-se destacar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que inclui os Censos Demográficos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio; o Ministério do Trabalho, no que concerne às Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS); o Espelho Educacional da Fundação Getúlio Vargas, baseado no Censo Demográfico de 2000; o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial.

### **5. Resultado e Discussão**

#### **5.1 Análise descritiva das relações de renda e escolhas profissionais femininas no Brasil**

A grandiosa expansão do ensino superior brasileiro foi e é marcada pela redemocratização política do Brasil e pela liberalização sexual, com o rompimento de uma série de *tabus* que balizaram o pensamento cultural até então predominante. Além disso, o aumento do contingente populacional que chega às universidades a partir da década de 1990 é resultado de políticas a nível internacional, criadas principalmente por organizações multilaterais, que vêem a educação como forma de desenvolvimento e de redução das desigualdades entre os indivíduos, bem como de uma política governamental, centrada na Constituição de 1988, que tem uma ampla preocupação com a questão educacional. Sob a vigência desta, a Nova Lei de Diretrizes e Bases é promulgada em 1996 e tem como objetivo melhorar a qualificação do corpo docente e de suas condições de trabalho, bem como avaliar os cursos de graduação. Nessa mesma linha, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, em janeiro de 2001, deixa claro a importância que o Brasil deve dar à educação superior ao afirmar que “... não existe país que possa atingir o desenvolvimento e independência sem possuir sistema de educação superior forte”<sup>9</sup>. Pelo lado da demanda, a

---

<sup>9</sup> ALFINITO, S., 2007, p. 09.

expansão do contingente universitário decorre do fenômeno da chamada “onda jovem” - reflexo da queda da taxa de fecundidade a partir de 1970 -, que implica em uma geração de 18 a 24 anos mais numerosa que a população de adolescentes e de crianças, e que tem como perfil ser predominantemente alfabetizada, escolarizada e urbana.

De acordo com dados disponibilizados pelo INEP (2006), desde 1991 houve uma expansão do número de matrículas no ensino superior de quase 325%, com ampliação de, aproximadamente, 316% e 333% na participação de homens e mulheres, respectivamente. Aliás, as mulheres, para o momento considerado, sempre representaram maioria no total de matriculados, variando entre 53% e 57%, e com ou sem crescimento do número de carreiras a serem escolhidas, permanecem no processo de “feminização” de muitas delas.

As políticas governamentais que ampliaram o acesso ao ensino superior serviram de base para a entrada massiva das mulheres nas universidades, inclusive com a ampliação de sua participação nas carreiras de maior prestígio social. Tal avanço do ponto de vista quantitativo, entretanto, mascara alguns aspectos da exclusão da mulher no ingresso ao ensino superior, ainda que os processos educacionais no Brasil tenham perdido a característica de segmentação sexual.

Um dos principais obstáculos à participação feminina no ensino superior refere-se a questões relacionadas à injustiça social, uma vez que as estudantes universitárias são oriundas de famílias mais pobres que os homens. “Na faixa de renda de até 3 salários mínimos, [por exemplo], encontram-se 30,1% das mulheres contra apenas 20,9% dos homens”, especialmente nos cursos de Geografia, História e Arquivologia (RISTOFF, 2006, p. 20). Para a faixa de renda mais alta – a partir de 10 salários mínimos -, a participação é de 21,5% e 29,9% de mulheres e homens, respectivamente. Na faixa de renda intermediária, a participação é semelhante, ainda que predomine o grupo masculino, como pode ser observado a partir da Tabela 1.

**Tabela 1 – Participação percentual dos estudantes por gênero e área de conhecimento segundo a renda familiar. (Brasil – Primeiro Ciclo do Enade – 2004, 2005 e 2006)**

| ÁREA                | PART. %<br>FEMININA | ATÉ 3 SM <sup>I</sup> |                  | DE 3 A 10 SM |      | MAIS DE 10 SM |      |
|---------------------|---------------------|-----------------------|------------------|--------------|------|---------------|------|
|                     |                     | M <sup>II</sup>       | F <sup>III</sup> | M            | F    | M             | F    |
| Administração       | 52,6                | 22,1                  | 31,8             | 50,8         | 50,7 | 27,1          | 17,5 |
| Agronomia           | 27,6                | 27,7                  | 29,1             | 43,8         | 46,8 | 28,5          | 24,1 |
| Arquivologia        | 63,4                | 28,9                  | 41,9             | 48,6         | 46,1 | 22,5          | 12,0 |
| Biologia            | 71,1                | 24,1                  | 31,4             | 53,7         | 54,2 | 22,2          | 14,4 |
| Ciências Contábeis  | 54,4                | 27,4                  | 35,3             | 54,2         | 52,8 | 18,4          | 11,9 |
| Ciências Econômicas | 41,4                | 18,5                  | 24,8             | 45,9         | 50,3 | 35,6          | 24,8 |
| Ciências Sociais    | 56,0                | 15,2                  | 18,5             | 56,1         | 60,4 | 28,7          | 21,1 |
| Computação          | 19,3                | 10,3                  | 16,0             | 59,0         | 63,5 | 30,7          | 20,5 |
| Comunicação Social  | 58,6                | 18,3                  | 20,2             | 43,8         | 45,4 | 37,9          | 34,4 |

|                                        |             |             |             |             |             |             |      |
|----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------|
| Direito                                | 51,3        | 17,5        | 20,7        | 43,8        | 43,8        | 38,6        | 35,4 |
| Educação Física                        | 43,9        | 26,0        | 28,8        | 52,2        | 52,7        | 21,8        | 18,5 |
| Enfermagem                             | 82,1        | 29,3        | 25,8        | 55,9        | 55,7        | 14,8        | 18,5 |
| Engenharia – Grupo III <sup>IV</sup>   | 5,6         | 9,6         | 13,1        | 50,7        | 49,3        | 39,8        | 37,7 |
| Engenharia – Grupo VI <sup>V</sup>     | 20,7        | 5,8         | 8,8         | 56,2        | 51,4        | 38,0        | 39,8 |
| Física                                 | 25,7        | 30,5        | 37,2        | 51,1        | 48,1        | 18,3        | 14,7 |
| Fisioterapia                           | 76,3        | 17,6        | 16,8        | 56,1        | 49,7        | 36,3        | 33,5 |
| Geografia                              | 53,4        | 35,9        | 47,9        | 51,2        | 45,9        | 12,9        | 6,2  |
| História                               | 59,0        | 33,1        | 45,5        | 52,9        | 45,1        | 14,1        | 9,4  |
| Letras                                 | 81,8        | 37,1        | 40,5        | 50,5        | 49,6        | 12,4        | 9,9  |
| Medicina                               | 50,6        | 10,6        | 8,1         | 25,7        | 22,5        | 63,7        | 69,4 |
| Normal Superior                        | 89,7        | 51,6        | 63,0        | 47,0        | 34,0        | 1,4         | 3,0  |
| Nutrição                               | 94,3        | 18,3        | 15,2        | 50,2        | 50,9        | 31,5        | 33,9 |
| Odontologia                            | 64,7        | 11,1        | 8,9         | 33,5        | 34,8        | 55,4        | 56,3 |
| Pedagogia                              | 92,8        | 43,4        | 41,6        | 47,8        | 50,1        | 8,8         | 8,3  |
| Psicologia                             | 84,3        | 22,3        | 20,7        | 47,4        | 47,0        | 30,4        | 32,3 |
| Serviço Social                         | 93,7        | 40,5        | 33,5        | 49,1        | 53,5        | 10,4        | 13,0 |
| Turismo                                | 72,4        | 24,5        | 27,9        | 45,4        | 47,2        | 30,2        | 24,8 |
| <b>PARTICIPAÇÃO TOTAL<sup>VI</sup></b> | <b>20,9</b> | <b>30,1</b> | <b>49,2</b> | <b>48,4</b> | <b>29,9</b> | <b>21,5</b> |      |

<sup>I</sup>SM = Salário Mínimo; <sup>II</sup>M = Masculino; <sup>III</sup>F = Feminino;

<sup>IV</sup>Inclui Engenharia Aeroespacial, Aeronáutica, Automotiva, Industrial Mecânica, Mecânica e Naval;

<sup>V</sup>Inclui Engenharia de Produção Civil, de Materiais, de Elétrica, de Mecânica, de Produção Química e de Produção Têxtil;

<sup>VI</sup>Refere-se às 48 áreas do conhecimento avaliadas pelo Enade.

Fonte: MEC/INEP. Baseada em RISTOFF, 2008, p. 18-19, 21-22.

Conjuntamente com a expansão do ensino superior, desde o início dos anos 1990, o Brasil tem presenciado uma “feminização” do mercado de trabalho: o aumento da taxa de atividade das mulheres está relacionado às necessidades econômicas e às oportunidades que se abrem para o sexo feminino, mas principalmente pelas transformações que se dão no ambiente extra-econômico: social, demográfico e cultural. Apesar desse aumento expressivo na população economicamente ativa, as mulheres são acompanhadas da visão de trabalhadoras de segundo nível. A principal razão disso é que “... elas seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, representando uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (BRUSCHINI, 1998, p. 5). Ademais, as novas formas de organização do mercado laboral, com a intensificação da precarização do trabalho, aumentam a empregabilidade da mulher, o que não pode ser confundido com a melhora dos direitos e oportunidades do sexo feminino.

Quando a instrução da mulher é considerada, o padrão de inserção no mercado de trabalho é proporcional aos anos de estudo – quanto maior for, mais elevadas são as taxas de atividade. Isso ocorre devido à preferência da demanda por trabalho qualificado e, pelo lado da oferta, da possibilidade de melhor remuneração capaz de compensar a saída do lar e os gastos com a estrutura doméstica (fator diferenciador gerado pelo custo de oportunidade). Nestes casos, a educação superior representa um ponto sólido para o acesso ao mercado de

trabalho. Conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME (2009), no Brasil, a graduação delimita, claramente, um incremento entre 21% e 30% da participação feminina na população ocupada, de modo que as mulheres predominam nos segmentos mais escolarizados da PEA, justamente onde a discriminação salarial – via diferenciação de rendimentos – torna-se mais evidente.

A manutenção de postos de trabalho qualificados que são considerados guetos femininos, como os relacionados ao magistério primário, à assistência social, à enfermagem, entre outros, passaram a ser menos protagonistas quando se trata da ampliação da participação da mulher em segmentos técnicos, científicos, artísticos e assemelhados. É possível, inclusive, observar uma mudança do perfil do trabalhador em algumas profissões (Tabela 2). As mulheres estão ocupando postos que antes eram ocupados por homens, pois se tornaram maioria no ensino superior e, por isso, têm apresentado uma taxa de sucesso em sua conclusão mais elevada que a masculina.

**Tabela 2 - Participação feminina entre o contingente de formados por curso e período de análise (Brasil).**

| <b>CARREIRAS<br/>UNIVERSITÁRIAS</b> | <b>PARTICIPAÇÃO<br/>FEMININA (%)<br/>1970</b> | <b>PARTICIPAÇÃO<br/>FEMININA (%)<br/>2000</b> | <b>PARTICIPAÇÃO FEMININA<br/>(%) ENTRE 20 E 29 ANOS<br/>2000</b> |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Serviço Social                      | 90                                            | 98                                            | 97                                                               |
| Pedagogia                           | 84                                            | 93                                            | 95                                                               |
| Enfermagem                          | 93                                            | 91                                            | 91                                                               |
| Psicologia                          | 70                                            | 89                                            | 93                                                               |
| Letras                              | 73                                            | 87                                            | 89                                                               |
| Ciências Sociais                    | 72                                            | 78                                            | 70                                                               |
| Farmácia                            | 32                                            | 65                                            | 75                                                               |
| Matemática                          | 39                                            | 60                                            | 67                                                               |
| Arquitetura                         | 17                                            | 54                                            | 70                                                               |
| Odontologia                         | 18                                            | 51                                            | 66                                                               |
| Estatística                         | 17                                            | 47                                            | 49                                                               |
| Direito                             | 13                                            | 40                                            | 57                                                               |
| Administração                       | 15                                            | 39                                            | 54                                                               |
| Medicina                            | 11                                            | 36                                            | 49                                                               |
| Economia                            | 9                                             | 32                                            | 51                                                               |
| Veterinária                         | 4                                             | 30                                            | 50                                                               |
| Agronomia                           | 3                                             | 12                                            | 23                                                               |
| Engenharia Civil                    | 2                                             | 15                                            | 29                                                               |
| Engenharia Elétrica                 | 2                                             | 7                                             | 17                                                               |
| Engenharia Mecânica                 | 2                                             | 3                                             | 7                                                                |

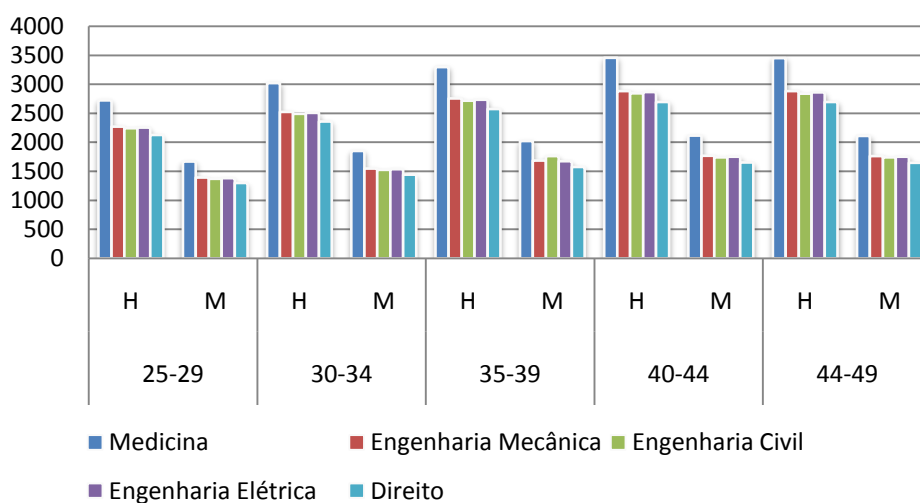
Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 2000. Elaboração própria.

A modificação do perfil sexual do trabalhador é decorrência de uma série de fatores, incluindo as transformações culturais, que possibilitaram a entrada massiva da mulher no ensino superior o que, por seu turno, ampliou a oferta de vagas nas instituições privadas e públicas, permitindo maior acesso da população como um todo. Os efeitos do nível de

escolaridade das mulheres, associados às transformações sócio-econômicas, estão fazendo com que seja crescente o número de trabalhadoras que atingem as ocupações e os empregos mais qualificados. Esse fato faz com que a segregação ocupacional a partir do gênero do trabalhador seja rompida.

Apesar do sucesso profissional das mulheres não ser mais uma exceção, o aumento do nível de escolarização e sua inserção em carreiras tradicionalmente masculinas não diluiu as diferenças no tratamento dos gêneros em muitos setores da economia. No Brasil, entre a população com quinze anos ou mais de escolaridade, quase 60% dos homens ganhavam mais de cinco salários mínimos em 2007, em oposição a apenas 33,2% das mulheres nas mesmas situações (IPEA, 2008).

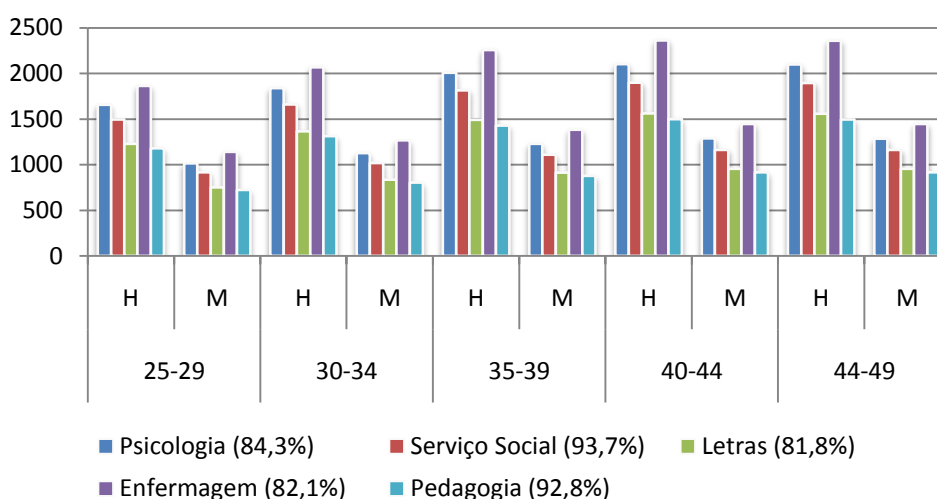
De acordo com os dados do Censo de 2000, as cinco categorias profissionais, a nível de graduação, com os maiores salários médios correspondiam à medicina, engenharia mecânica, engenharia civil, engenharia elétrica e direito. Com exceção da primeira e da última que contam com uma participação equitativa dos gêneros nas universidades, as engenharias constituem um nicho profissional em ampla expansão nas economias contemporâneas e ainda pouco exploradas pelo universo feminino. Apesar de estarem mais ou menos inseridas em tais carreiras, as mulheres apresentam rendimentos médios muito inferiores ao dos homens com o mesmo nível de formação profissional (Figura 3). Ainda que a remuneração tenha um comportamento crescente ao longo do ciclo de vida, a mesma preparação não promove, no mercado de trabalho, um reconhecimento ao indivíduo, mas à característica biológica que exerce determinada atividade.



**Figura 3 – Salário médio das cinco categorias profissionais com ensino superior com maior nível de rendimento, por gênero e faixa de idade. Brasil (2000).**

Fonte: Espelho Educacional/FGV com base nos dados do Censo de 2000. Elaboração própria.

Quando são analisadas profissões específicas que exigem o ensino superior completo e que tradicionalmente foram consideradas guetos femininos, o quadro de desigualdades parece se ampliar. Isso porque correspondem àquelas atividades pouco valorizadas, mas de extrema importância, e que contam com as mais baixas remunerações. As características que marcam tais profissões, culturalmente identificadas como femininas e maternas, decorrem das mesmas estarem ligadas, especialmente, às funções de organização, intuição e proteção (essas profissões normalmente são consideradas extensões das atividades do lar). Entretanto, os homens que a elas se dedicam, apesar de não terem renda tão elevada, possuem uma média salarial bastante superior à feminina, caracterizando mais um dos tantos paradoxos que envolvem a questão de gênero (Figura 4).



**Figura 4 – Salário médio de cinco categorias profissionais tradicionalmente femininas, com ensino superior, por gênero e faixa de idade. Brasil (2000).**

\* Os valores entre parênteses correspondem à taxa de feminização dos cursos superiores listados nas instituições de ensino.

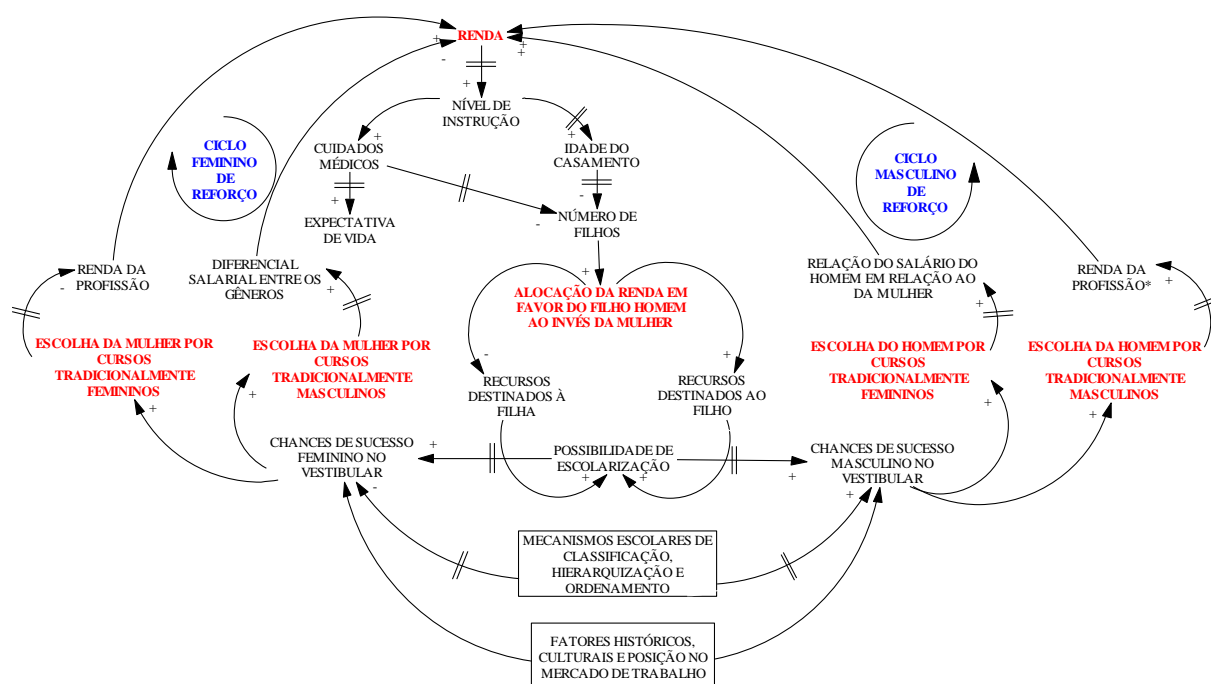
Fonte: Espelho Educacional/FGV com base nos dados do Censo de 2000. Elaboração própria.

Alguns estudos preocuparam-se em justificar esta diferença salarial entre homens e mulheres com base em três características empregatícias. Conforme Bruschini (1998), as possíveis razões para que as trabalhadoras recebam salários inferiores são o menor número de horas trabalhadas, o tipo de vínculo de trabalho ou posição na ocupação e a falta de preparação para o desempenho de funções com maior qualificação. Entretanto, nenhuma das justificativas é consistente com dados empíricos. A grande diferença de rendimentos médios

entre os gêneros está relacionada com os padrões sócio-culturais instaurados na sociedade e, portanto, no mercado de trabalho<sup>10</sup>.

## 5.2 O arquétipo sistêmico “sucesso para os bem-sucedidos” nas relações de renda e escolhas profissionais no Brasil.

A utilização de sistemas genéricos que representam uma ampla variedade de situações complexas é possível neste trabalho, graças às características observadas no sistema educacional e no mercado de trabalho brasileiro, no que concerne à ótica de gênero. Isso porque o resultado do processo que se observa parece implicar na concentração dos recursos da sociedade, especialmente entre homens, paralelamente a uma feminização da pobreza, o que revela seu enquadramento no arquétipo sistêmico do “sucesso para os bens sucedidos”.



**Figura 5 – O arquétipo sistêmico do “sucesso para os bens sucedidos” para a relação entre renda e escolhas profissionais.**

Fonte: Elaboração própria a partir do programa computacional Vensim.

A partir do diagrama de causalidade (Figura 5), pode-se perceber que as escolhas profissionais dos indivíduos acabam sendo atreladas à distinção de “cursos para ricos e cursos para pobres”. As mulheres, dado o seu perfil de menor renda, dirigem-se a cursos que,

<sup>10</sup> Batista e Cacciamali (2009, p.99) ainda destacam que “... a desigualdade de salários pode ser decorrente de dois fatores: a heterogeneidade dos trabalhadores com respeito aos seus atributos produtivos; e o fato de trabalhadores com idêntica qualificação serem remunerados de forma distinta, seja porque são discriminados (tratamento diferenciado baseado em atributos não produtivos), seja porque o mercado de trabalho é segmentado – caso em que os postos de trabalho valorizam os atributos do trabalhador de forma diferente.

tradicionalmente, possuem menor prestígio social, enquanto que os discentes do sexo masculino, representativos nas faixas de maior rendimento familiar, permanecem ocupando as profissões culturalmente mais valorizadas. Embora a renda familiar dos estudantes universitários seja, em média, 2,3 vezes superior que a dos alunos de ensino médio e, portanto, adentrar o ensino superior representa fazer parte de uma parcela diminuta da sociedade brasileira, essa distinção das decisões profissionais reflete-se no mercado de trabalho e tende a acentuar as diferenças de gênero dentro dele.

Isso significa que, para compreender a matriz das diferenciações e da exclusão social presentes na sociedade brasileira e, assim, desenhar e implementar ações sociais e políticas públicas efetivas para superá-las, é central considerar as dimensões de gênero. Mais determinante ainda deve ser a compreensão de uma espécie de “ciclo de pobreza” que continua deixando à margem a figura da mulher. Apesar de todas as conquistas sociais e das imensas repercussões que o aumento da escolaridade feminina vem trazendo para a economia brasileira, o que se tem observado ainda é um grande diferencial de salários para os gêneros, independente das profissões, e uma concentração do segmento feminino nas atividades laborais menos reconhecidas, com menores remunerações.

Esse diferencial de tratamento no mercado de trabalho em relação aos gêneros parece surgir como uma perpetuação da forma como as mulheres se inseriram nos ambientes profissionais, ampliada pela continuidade de suas escolhas, ainda submissas à segmentação profissional. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2001), nos países latinoamericanos, as mulheres precisam, em média, quatro anos a mais de escolaridade para obter a mesma remuneração e dois anos adicionais para ter as mesmas oportunidades de ascender a um emprego formal que os homens.

De forma geral, é possível perceber que elas são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários, são detentoras de 1/10 da renda mundial, representam 2/3 dos analfabetos e 70% dos miseráveis do mundo (IPEA/ONU, 2004). Isso representa um grande atraso na busca pela equidade de gênero e dificulta o desenvolvimento econômico dos países com economias dependentes e pobres, haja vista a grande relação que existe entre o Índice de Empoderamento de Gênero ou de Equidade de Gênero (IEG) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou entre o IEG e o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>11</sup>. A existência de malhas de *feedback* (realimentação), como aquelas destacadas no diagrama de causalidade, não estabilizam as diferenças entre os gêneros, mas tendem a acentuá-las.

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes ver The Global Gender Gap Report (2011).



Ainda como parte fundamental do ciclo, um dos principais fatores que contribuem para a reprodução das condições econômicas e sociais e, portanto, para a manutenção das desigualdades sociais de gênero, é o crescimento da importância das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Essa nova configuração dos lares constitui-se em domicílios mais vulneráveis à pobreza, já que este tipo de organização parental se mostra mais intensa nas famílias de menor renda. Apesar da feminização do ensino superior, pode-se continuar a observar, paralelamente, um processo de feminização da pobreza que, muito provavelmente, refletir-se-á nas novas demandas femininas por ensino superior.

A busca pela superação da condição de inferioridade social e econômica da mulher circunscreve-a em um contexto de vulnerabilidade social, resultado da discriminação dos demais agentes sociais. Isso se justifica porque é preciso romper o ciclo onde a renda familiar, com grande contribuição da renda da figura feminina no lar, se constitui em fator determinante – aliado às considerações socioculturais da sociedade brasileira –, tanto das possibilidades reais de acesso a níveis mais altos de escolaridade, como muito provavelmente dos possíveis cursos de graduação que se abrirão como possibilidade. No futuro, serão essas mulheres as responsáveis, de forma monoparental ou não, por milhões de domicílios e que, da mesma forma, influenciarão, de forma substancial, as possibilidades e escolhas de seus filhos.

A despeito de a participação feminina se mostrar predominante no ensino superior, esta dominância não se efetiva na sociedade, principalmente na esfera produtiva e na inserção dos espaços públicos de poder. Isso ocorre porque a dinâmica que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro deteriora as vantagens potenciais geradas pelos sistemas educacionais (a educação parece ser condição necessária, mas não suficiente para uma possível paridade entre os gêneros). Na realidade, o que se observa é uma ampliação da desocupação justamente nos níveis mais escolarizados e especialmente entre as mulheres e, quando se abrem oportunidades que exigem escolaridade e formação superior, noções estruturais reforçam a discriminação de gênero.

A fim de evitar a amplificação das desigualdade, é necessário o acesso crescente a ocupações e empregos mais qualificados, permitindo que a força laboral feminina se torne um instrumento de mudança, a médio e longo prazo, do mercado de trabalho. Em adição, a mulher precisa se tornar um agente de transformação social capaz de possibilitar a correção das iniquidades que prejudicam a sua vida e a de seus filhos, aumentando o bem-estar da família como um todo.

## 6 Considerações Finais

A análise do ensino superior como segmento específico para mostrar a trajetória da mulher no campo educacional é crucial para que se compreendam as relações entre os gêneros. Ao contrário do sugerido pela tradição, homens e mulheres não são signos que se opõem entre si, mas a representação de um todo dinâmico que, na divisão das identidades, é constituído por papéis que somente podem ser abrangidos quando analisados em conjunto e de forma relacional.

A partir da presente análise, foi possível observar que ocorreram modificações estruturais e as mulheres conseguiram grandes vitórias, principalmente no campo profissional. O que deve ser questionada é a forma como se deu o processo de transformação, pois apesar da ampliação das possibilidades de acesso, a disposição das escolhas profissionais permanece profundamente arraigada a um passado patriarcal e às condições financeiras das famílias. Esse fato produz identidades e comportamentos individuais, bem como leis, políticas e práticas sociais, construindo, histórica e socialmente, os atributos e papéis relacionados ao gênero. Em adição, as possibilidades de independência e superação, vitais para a equidade de gênero, em um contexto de perpetuação da inferioridade feminina tornam-se limitadas.

A dinâmica que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro deteriora as vantagens potenciais geradas pela educação, de forma que as noções estruturais acabam por reforçar a discriminação entre os sexos. Nesse ambiente se configurarão novas famílias, novos perfis de renda e as novas possibilidades para os filhos que surgem em cada geração, sendo estes amplamente influenciados por sua composição familiar e por suas características financeiras. É por isso que dentre os componentes constitutivos da estrutura econômica, a renda familiar surge como grande variável econômica explanatória capaz de explicar a demanda feminina por ensino superior, sendo determinante também nas escolhas profissionais (ou na limitação destas), e reproduzindo-se em hierarquias econômicas e sociais entre os gêneros.

Apesar disso, o papel da educação superior continua sendo fundamental, principalmente na modificação das discussões das relações entre sujeitos distintos e na superação dos processos de sujeição que marcam a nossa história, sendo crível revelar a mulher como agente de mudanças sociais, especialmente ao se reconhecer sua participação na economia, na sociedade e nas lideranças políticas. Ademais, tais conclusões podem fornecer ferramentas que indiquem direção e foco aos formuladores de política, fortalecendo o compromisso com o empoderamento das mulheres e com a promoção da igualdade de gênero. Neste sentido, o desenvolvimento no Brasil somente deverá ser alcançado de fato quando todos os indivíduos tiverem sob seu domínio as amarras que os circunscrevem a uma

determinada posição social e econômica, de forma que a ruptura do ciclo de determinação a que a mulher ainda parece estar condicionada é fundamental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFINITO, S. **Educação superior no Brasil: análise do histórico recente (1994-2003)**. Brasília: Inep, 2007.

BANCO MUNDIAL. Séries temporais. Disponível em <<http://www.worldbank.org>>.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_.; MELLO, G. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.15, p. 47-77, dez./1975.

BATISTA, N.N.F.; CACCIAMALI, M.C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 01, p.97-115, jan./jun. 2009.

BELTRÃO, K. **Acesso à educação: diferenciais entre os sexos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão N° 879).

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Chicago: Latin American Studies Association, 1998. Disponível em <[lasa.international.pitt.edu/lasa98/bruschini.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/lasa98/bruschini.pdf)>. Acesso em abril de 2010.

\_\_\_\_\_.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, jul./2000.

BUENO, N.P. **Introdução à Dinâmica de Sistemas com aplicações para a Economia**. Viçosa: Editora UFV, 2011.

CARVALHO, S.C.; KASSOUF, A. As despesas familiares com educação no Brasil e a composição de gênero do grupo de irmãos. **Economia Aplicada**, v.13, n. 3, p. 353-375, jul./set. 2009.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Espelho Educacional**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/simulador/Quali2/index.htm>>.

GARG, A.; MORDUCH, J. **Sibling rivalry**. Technical Report: Harvard Institute for International Development, 1998.

GRACIANI, M. **O ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

GUEDES, M. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 117-132, jun. 2008.

HAUSSMANN,R.; TYSON, L.; ZAHIDI, S. **The Global Gender Gap Report – 2011**. Geneva: World Economic Forum, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos** – vários anos.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – vários anos.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça: análise preliminar dos dados**. 3. Ed. Brasília: Set. 2008. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa\\_Retrato\\_das\\_Desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf)>.

\_\_\_\_\_. A transversalidade das questões de gênero e raça nas ações de qualificação social e profissional. **Nota técnica**. Brasília: Nov. 2004. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_25f.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_25f.pdf)>.

KIM, D. **Systems thinking tools – A user's reference guide**. Waltham, MA: Pegasus, 1995.

LOPEZ-CLAROS, A.; ZAHIDI, S. **Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero**. World Economic Forum: Suíça, 2005.

MADEIRA, F. **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MELO, H. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília: Cepal/SPM, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero e perspectiva regional na educação superior brasileira. In: RISTOFF, D. et al (Org.). **Simpósio “Gênero e indicadores da Educação Superior Brasileira”**. Brasília: Inep, 2008.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relações Anuais de Informações Sociais** – vários anos.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **América Latina: Brechas de equidad y progreso laboral de las mujeres en los 90**. Lima: Oficina Regional para las Américas, 2001, 72 p.

PIMENTA, S.; CORRÊA, M. (Org.). **Gestão, Trabalho e Cidadania: novas articulações**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Orgs.). **Trajetória da mulher na educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: Inep, 2006.

ROSEMBERG, F. et al. **Mulher e educação formal no Brasil: estado de arte e bibliografia**. São Paulo: Reduz/INEP, 1990.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STROMQUIST, N. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Una cartografía social del género en educación. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 361-383, maio/ago. 2006.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2008.